

# **TERRITÓRIOS LIBERTÁRIOS: A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA DE AUTOGESTÃO NA CIDADE DE BARCELONA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)**

**GLAUCO BRUCE RODRIGUES**  
Universidade Federal Fluminense  
Campos dos Goytacazes  
tiamath@yahoo.com

## **RESUMO**

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), uma grande parcela dos trabalhadores urbanos e camponeses espanhóis engendrou um processo de caráter revolucionário pautado nos ideais anarquistas formulados ao longo do século XIX e início do século XX. Reunidos em sindicatos e organizações autônomas, esses protagonistas iniciaram um vigoroso e consistente processo de expropriação e coletivização dos meios de produção e instituíram formas de autogestão política e econômica em diversas partes e escalas do território espanhol. Novas dinâmicas de organização da produção e da política foram instituídas a partir da criação de estruturas horizontais e autônomas do exercício do poder. Neste artigo vamos realizar uma análise da experiência anarquista no processo de autogestão e autoplanejamento urbanos na cidade de Barcelona. Na introdução apresentamos uma síntese do contexto em que se desenvolveu a Guerra Civil Espanhola, em seguida realizamos uma análise da dinâmica da cidade antes do início da guerra e, por fim, buscamos identificar e analisar as estratégias e práticas dos anarquistas espanhóis em relação aos processos de autogestão e autoplanejamento urbanos, destacando os serviços, a infraestrutura e a questão da habitação e, dessa forma, avaliar quais foram as transformações realizadas pelos trabalhadores na dinâmica do espaço urbano de Barcelona.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anarquismo. Movimentos sociais. Espacialidade. Autogestão. Autoplanejamento. Barcelona

## LIBERTARIAN TERRITORIES: THE ANARCHIST SELF-GOVERNMENT EXPERIENCE IN BARCELONA DURING THE SPANISH CIVIL WAR (1936 – 1939)

### **ABSTRACT**

During the Spanish Civil War (1936-1939), a large portion of the Spanish peasants and urban workers generated a revolutionary process guided by anarchist ideals formulated during the nineteenth and early twentieth century. Organized into unions and autonomous organizations, these protagonists began a vigorous and consistent process of expropriation and collectivization of the means of production and established forms of political and economic self-management in different scales and parts of the Spanish territory. New Dynamics of organization and production were instituted by the creation of autonomous and horizontal structures for the exercise of power. This article aims to analyze the anarchist experience in the process of self-management and urban self-planning in Barcelona. In the introduction, we present a summary of the context in which the Spanish Civil War developed, then we perform an analysis of the dynamics of the city before the war and, finally, we seek to identify and analyze the strategies and practices of the Spanish anarchists in relation to the proceedings of self-management and urban self-planning, highlighting the dynamics of services, infrastructure and the issue of housing, in order to assess the changes which were made by workers in the dynamics of urban space in Barcelona.

**KEYWORDS:** Anarchism. Social movements. Spatiality. Self-management. Self-planning. Barcelona

### **A EXPERIÊNCIA ANARQUISTA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)**

A Guerra Civil Espanhola teve início em 19 de julho de 1936, após o levante de uma parte significativa das forças armadas, que contava com o apoio aberto e incondicional das classes e setores conservadores e reacionários da sociedade espanhola, que tradicionalmente exerciam a hegemonia política, econômica e cultural no país: a Igreja Católica, os grandes proprietários fundiários, os grandes industriais e banqueiros, monarquistas e parte da pequena e média burguesia, assim como amplos setores das classes médias. Este campo político

ficou conhecido como Nacionalista. O levante ocorreu para derrubar o governo da Frente Popular, uma coligação de diversos partidos burgueses, socialistas e comunistas, que pretendia implementar uma série de reformas de caráter modernizador nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Espanha.

As causas da Guerra Civil são múltiplas e remetem a diferentes processos históricos e escalas de análise: o conflito entre a centralização política em Madrid e as autonomias regionais; o conservadorismo e o autoritarismo da Igreja Católica; o alto grau de exploração do trabalho; a elevada concentração fundiária e a pobreza do campesinato; o desejo de modernização política e econômica das classes médias de caráter liberal; as ações de caráter revolucionário das organizações anarquistas. Em que pese a soma de todos esses motivos, é possível identificar o período de 1931 a 1936, no entanto, como o de aprofundamento do conflito social que polarizou de forma radical e violenta a sociedade espanhola, culminando na Guerra Civil.

Em 1931, o regime monárquico entra em colapso e segue-se a proclamação da Segunda República<sup>1</sup>. O primeiro governo republicano (1931-1933), compo-

---

<sup>1</sup> A instabilidade política e econômica da Espanha era anterior a esse período. A partir de 1911, a Espanha passa por um incremento dos conflitos sociais, nos quais a luta de classes desempenhou um papel central. Os confrontos entre o movimento operário e a burguesia industrial e dos camponeses contra os latifundiários tornam-se frequentes, agudos e mais violentos. No período de 1919-1921, conhecido como o triênio bolchevique, os conflitos atingem o ápice da violência, com diversas greves, insurreições e choques armados nas cidades e no campo. As derrotas sofridas pelo exército espanhol no Marrocos (colônia espanhola) contribuíram para aumentar a instabilidade política, principalmente quando o rei Afonso XIII ordena uma série de ações militares que resultaram em grandes fracassos. Em 1923, o Capital-General de Barcelona, Miguel Primo de Rivera, lidera um golpe de Estado, com o apoio do rei (que vê em Rivera a possibilidade de uma estabilidade política e, dessa forma, de manter a monarquia espanhola). Rivera recebe o apoio incondicional de todos os setores médios e das elites espanholas. O ditador aproveita o contexto econômico favorável do início da década de 20 para alavancar a economia e, ao mesmo tempo, fortalecer sua base política. Nesse sentido, Rivera inicia um grande programa de obras públicas (estradas, ferrovias e infraestrutura em geral) e institui medidas protecionistas para beneficiar a indústria e a agricultura espanhola. Tais medidas alcançaram seus objetivos e garantiram ao ditador uma considerável margem de manobra devido à confiança e ao apoio dado pelas elites. Além disso, ele obteve sucesso nas ações militares no Marrocos, acabando com o ciclo de derrotas e fracassos sucessivos, o que garantiu o apoio do Exército e da opinião pública em geral. Apesar da popularidade da ditadura, Primo de Rivera não soube construir um projeto político que criasse as condições institucionais para a transição entre a ditadura e a volta do regime parlamentar. Nesse sentido, a ditadura serviu para imprimir uma “ordem social” baseada na força, que trouxesse tranquilidade para as elites hegemônicas e garantisse a retomada das atividades econômicas. Isso foi feito, no entanto, as causas da crise não foram atacadas e as instituições políticas, os partidos e os projetos permaneceram os mesmos, inalterados e significativamente inertes. Rivera não foi nem mesmo capaz de preparar um sucessor em caso de seu afastamento, renúncia ou substituição. A consequência disso foi um vácuo político que

to por uma coligação de partidos burgueses e liberais com o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) com o apoio da *Unión General dos Trabajadores* (UGT), a central sindical controlada pelos socialistas, tinha o objetivo claro de realizar reformas nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Espanha visando à modernização societária com a disseminação e ampliação do capitalismo, o fortalecimento de uma democracia representativa burguesa e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora dentro desses marcos estabelecidos (cabe salientar, que durante todo o período de 1931 a 1939, os partidos socialistas e comunistas abriram mão de qualquer perspectiva revolucionária e agiram para pavimentar as reformas burguesas, obedecendo diretamente às diretrizes dadas pela política externa de Moscou). Diversas reformas foram implementadas<sup>2</sup>, o que afetava diretamente a hegemonia dos grupos e classes dominantes. Em 1933, republicanos e socialistas desfazem a coligação e perdem as eleições<sup>3</sup>, dando lugar a um governo francamente reacionário, que invalida todas as reformas realizadas até então, fazendo a Espanha voltar no tempo, para antes de 1931. Em 1936 são realizadas novas eleições, nas quais ocorre a vitória da Fren-

---

se seguiu após a queda do ditador. Rivera caiu porque foi se afastando gradativamente das classes médias, das diversas frações da burguesia e, finalmente, de setores das forças armadas. Na falta de um projeto político claro, as medidas econômicas e repressoras de Rivera foram perdendo sua vitalidade e sendo substituídas por uma postura egocêntrica e arrogante que levou a conflitos e tensões dentro do bloco hegemônico. Após a queda de Rivera, o rei Afonso XIII assume novamente o governo do país e, buscando alguma legitimidade política, organiza eleições municipais para 12 de abril de 1931, nas quais os partidos monárquicos e conservadores são derrotados pelos partidos de centro e esquerda. Após esse resultado, o rei Afonso XIII reconhece a derrota e para evitar o início de um conflito, busca asilo político em Paris, o que marca o fim do regime monárquico espanhol (THOMAS, 1964; CARR, 1971; BROUÉ, 1992; SALVADÓ, 2008).

<sup>2</sup> Reforma agrária, melhorias salariais, legislação trabalhista, ampliação da educação pública oferecida pelo Estado, proibição das ordens religiosas, cobrança de impostas da Igreja, tentativa de modernização e profissionalização das forças armadas.

<sup>3</sup> Durante o primeiro governo, a coligação entre republicanos de centro-esquerda e socialistas passa por um processo de enfraquecimento e desestabilização. Os setores republicanos respondiam com violência às manifestações e reivindicações populares, o que colocava o PSOE em uma situação delicada e ambígua: ao mesmo tempo em que defendia a necessidade de reformas que melhorassem a vida dos trabalhadores, fazia parte de um governo que reprimia violentamente o movimento operário. Além disso, as reformas realizadas pela coligação não estavam sendo feitas nem na velocidade, nem na intensidade desejada pelos trabalhadores. Tal situação aumentava a pressão sobre os socialistas. Na ocasião das eleições de 1933, a coligação estava fragmentada e sem articulação. O PSOE passava por conflitos internos: existiam dois campos políticos principais, um que defendia a manutenção da coligação e outro que exigia o fim da aliança com os republicanos. Este último saiu vitorioso, fazendo com que o PSOE participasse sozinho das eleições (BROUÉ, 1992; SALVADÓ, 2008).

te Popular<sup>4</sup>, que tem como objetivo retomar as reformas modernizadoras. No meio dessa disputa, os trabalhadores esperavam ansiosos por mudanças rápidas e profundas, que não vieram. As mudanças eram tímidas e demoradas demais para satisfazer os desejos e anseios da classe trabalhadora. Nesse período, entre 1931 e 1936, houve inúmeras greves, manifestações e insurreições, muitas delas com caráter revolucionário (como no caso das Astúrias, em 1934, quando os mineiros socialistas, aliados a comunistas e anarquistas implementaram um *soviet*). A esmagadora maioria dos atos revolucionários, greves e distúrbios foi realizada pelas organizações anarquistas, a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), a maior central sindical da Espanha (no seu auge, na década de 1930, chegou a ter 1,5 milhão de filiados, de uma população economicamente ativa de aproximadamente 12 milhões), e a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI). Todo o período foi marcado por violentos conflitos no parlamento e fora dele: assassinatos, ameaças, sequestros, prisões, incêndios, formação de milícias, ação de pistoleiros, brigas, confrontos de rua etc. A sociedade espanhola estava radicalmente polarizada, dividida e o grau de conflitividade social era muito elevado: de um lado, trabalhadores demandavam rapidez e radicalidade nas transformações de suas vidas, de outro, as elites tradicionais não estavam dispostas a conceder nenhum tipo de benefício ou perder um mínimo de sua capacidade de exercício do poder; em meio a essa disputa, republicanos e socialistas eram alvos dos demais grupos porque empreendiam reformas lentas, graduais e limitadas. Para agravar ainda mais a situação, todos os governos, tanto a coligação republicano-socialista, como o governo conservador-reacionário, trataram os trabalhadores com o mesmo grau de violência.

---

<sup>4</sup> Para evitar a vitória do campo conservador, diversos partidos e organizações de centro-esquerda e de esquerda estabelecem uma ampla aliança política para disputar as eleições gerais de 1936 e retomar o projeto de reformas e de modernização, dando origem à Frente Popular. Na realidade, a Frente Popular é a retomada e a ampliação da coligação republicano-socialista, com a participação de outros partidos de esquerda como o *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM) e o *Partido Comunista Español* (PCE). Os anarquistas não participaram da Frente Popular. É importante salientar que a constituição de amplas coligações políticas desse tipo, que conseguiam articular partidos burgueses e operários, era uma estratégia da política externa soviética, conduzida por Stalin, que tinha como objetivo ajudar a consolidar democracias burguesas como forma de combater o avanço do fascismo e, ao mesmo tempo, fomentar o fortalecimento do movimento comunista, abrindo possibilidades para a conquista e apropriação de parcelas ou da totalidade do aparelho de Estado pela via democrática. (PAYNE, 1976; VILAR, 1989; BROUÉ, 1992; BEEVOR, 2007; SALVADÓ, 2008).

O episódio que finalmente deu início à guerra civil foi o assassinato de Calvo Sotelo, importante líder da direita espanhola e deputado das Cortes, ocorrido no dia 12 de julho de 1936. Poucos dias depois, os generais decidiram que era hora de agir e restaurar a Espanha Tradicional: no dia 19 de julho, os militares iniciam o levante com o objetivo de destruir a República.

A resposta da classe trabalhadora ao levante nacionalista foi imediata: as duas maiores centrais sindicais, a anarcossindicalista CNT e a socialista UGT, declararam greve geral e, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora exigia que o governo distribuisse armas para que pudesse haver uma resistência armada por parte da população civil, o que foi negado em um primeiro momento. No decorrer da primeira semana, a classe trabalhadora conseguiu se armar e logrou não apenas resistir ao levante militar nacionalista, mas também derrotar as tropas golpistas em metade do território espanhol, impedindo a queda das principais cidades espanholas, como Madri e Barcelona.

É importante salientar que em diversos lugares, o aparelho estatal simplesmente entrou em colapso: poderes municipais, provinciais e, até mesmo a estrutura do governo central, em diversas escalas, ficou comprometida (THOMAS, 1964; CARR, 1971; VILAR, 1989; BROUÉ, 1992; PRESTON, 2005; BEEVOR, 2007; SALVADÓ, 2008). Inúmeras fábricas, imóveis, terras, serviços e estabelecimentos comerciais foram abandonados pelos seus proprietários. Foi nesse processo de decomposição do aparelho de Estado e da propriedade privada, que os trabalhadores espanhóis deram início ao seu maior feito durante a Guerra Civil. Uma significativa parte deles, mobilizada pelas organizações libertárias (CNT e a FAI) ou organizada de forma autônoma e espontânea, mas norteada pelos princípios libertários, iniciou um processo de autogestão política e econômica (LEVAL, 1972; CARRIÓN, 1973; MAURICE, 1978; BERNECKER, 1982; AMSDEN, 1989; BREITBART, 1989; DURAN, 1993 e 1996; ALBA, 2001; MUÑOZ, 2004; MINTZ, 2006; CASANOVA, 2006; TORRE, 2009). A autogestão é o exercício mais pleno e efetivo do poder instituinte de uma determinada coletividade no processo de discussão, formulação, deliberação e instituição de leis e normas que regem a vida coletiva, os assuntos em comum e as condutas individuais dentro de uma comunidade. A autogestão é a capacidade de exercício de poder onde uma coletividade formula e institui para si suas próprias leis e normas e possui a liberdade para alterá-las e questioná-las sempre que julgar

necessário, de forma imanente, sem atribuir a existência ou o significado de tais leis e normas a nenhum tipo de estrutura ou ente transcendental como Deus, o Partido ou o Estado. A capacidade de exercício do poder não está concentrada em uma pessoa (monarquia, império, tirania), nem em uma instituição (Estado, empresas e partidos), tampouco é transferida a outros por meio da representação (democracia representativa), mas emana diretamente de todos os membros de determinado grupo ou sociedade. A autogestão implica a possibilidade de participação direta e igualitária de qualquer membro da sociedade no processo de tomada de decisões (instituição de leis, normas, organização do trabalho, distribuição da riqueza etc.), o que pressupõe a formação intelectual, o acesso a informações e infraestrutura técnica para que cada um possa pensar e formar juízos e ideias por si próprio; prevê também o controle efetivo do processo de tomada de decisões pelos próprios envolvidos, em um ambiente protegido (mas não completamente desprovido) das relações heterônomas que cristalizam hierarquias e divisões entre dirigente e dirigidos (CASTORIADIS, 1982 e 1983).

No plano político, os trabalhadores instituíram corpos políticos autônomos em diversos *pueblos*, comunidades agrárias e nas cidades, responsáveis pela instituição de suas próprias leis e normas, redefinindo a malha de poder territorial da Espanha (PEIRATS, 1978; MUÑOZ, 2004; MENDEZ; VALOTA, 2006; MINTZ, 2006). No plano econômico, os trabalhadores se apropriaram das unidades produtivas abandonadas e, além disso, iniciaram um movimento de expropriação da propriedade privada e estatal em diversas cidades e regiões, o que lhes permitiu instituir um processo de coletivização dos meios de produção e de socialização da riqueza produzida, o que significa tomar posse dos meios de produção e instituir a autogestão política e econômica da estrutura produtiva. Esse sistema, porém, não atingiu toda a estrutura econômica do território republicano, que ficou caracterizado por uma significativa diversidade de formas de organização do trabalho e da produção (THOMAS, 1964): 1. fábricas, estabelecimentos comerciais, serviços públicos e propriedades rurais que foram estatizados, mas, apesar de contarem com a administração de comitês de trabalhadores, estavam sob o controle do Estado; 2. diversos setores da economia ainda estavam controlados por setores da burguesia comercial e financeira que se opunham ao golpe nacionalista; 3. a “co-gestão” realizada em estabelecimentos e fábricas, onde

o proprietário administrava juntamente com um comitê de trabalhadores; 4. as experiências de coletivização dos meios de produção e implementação da autogestão pelos próprios trabalhadores no campo e nas cidades.

Para termos uma dimensão da magnitude do processo de coletivização engendrado pelos trabalhadores, vejamos os seguintes dados: a população espanhola, na década de 1930, era de aproximadamente 25 milhões de habitantes, e a parcela economicamente ativa, segundo Santillán (1980, p. 70), era composta por cerca de 10 milhões de habitantes (pessoas aptas ao trabalho entre 18 e 50 anos); após o início da guerra, o território republicano ficou com a maior parte da população, algo em torno de 12 milhões, com uma população economicamente ativa de 5 a 6 milhões (TORRE, 2009, p. 13); de acordo com estimativas realizadas, a população diretamente envolvida no processo de coletivização (trabalhadores e suas famílias) era de, no mínimo, aproximadamente 1.900.000 pessoas (GONZALES, 2003 e 2006; MINTZ, 2002, p. 95 in BERTHIER; LEVAL; MINTZ, 2002); apenas a CNT, em 1936, antes da guerra, tinha perto de um milhão de filiados (LEVAL, 1972, p. 66).

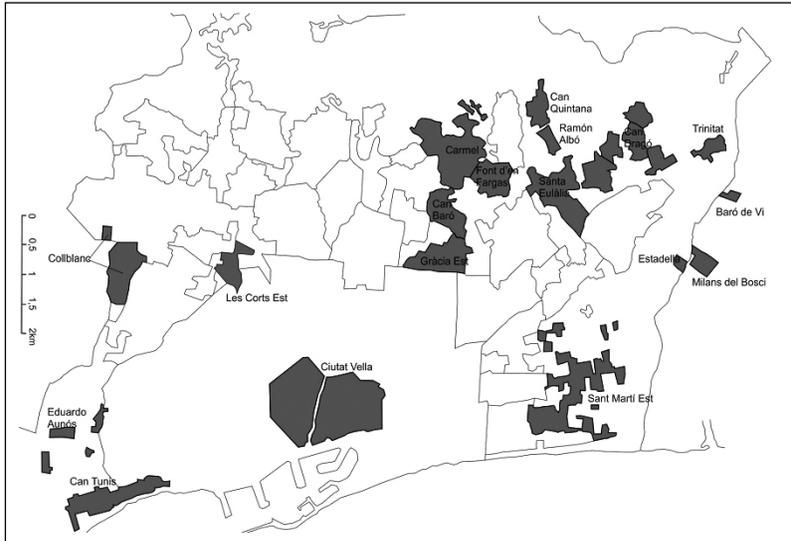
Nesse processo revolucionário, a região da Catalunha e, principalmente, a cidade de Barcelona ganham destaque, uma vez que concentram a maior parte das indústrias, dos bancos e das atividades comerciais da Espanha. Os dados são os que seguem (BERNECKER, 1982, p. 265-266): somente Barcelona concentrava 40% de toda a indústria espanhola e era responsável por 50% das importações e 30% das exportações espanholas; além disso, era a maior cidade da Espanha, com uma população de aproximadamente 1,2 milhão de pessoas em 1936, o que a colocava entre as poucas cidades com mais de um milhão de habitantes no planeta, concentrando, portanto, o maior mercado consumidor interno; sua estrutura econômica (comercial, serviços e industrial) era a maior e mais diversificada da Espanha; tinha o porto mais importante do país; e, finalmente, abrigava o maior movimento operário anarquista (que foi a força política e econômica hegemônica entre julho de 1936 e maio de 1937). Em face desses dados, as questões que se colocam quase que imediatamente são: como era a vida na maior cidade espanhola sob a hegemonia anarquista? Ocorreram transformações na espacialidade da cidade? Qual a intensidade de tais transformações? E são estas questões que tentaremos responder neste trabalho.

## “A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BARCELONESA”

A cidade de Barcelona que vive a Guerra Civil e o processo revolucionário anarquista foi produzida após o início da Primeira Guerra Mundial. O período entre 1914 e 1936 é marcado por grandes transformações na dinâmica da cidade: grandes fluxos migratórios, grande crescimento populacional (a população passa de 600 mil habitantes em 1914 para 1,2 milhão em 1936), expansão do tecido urbano (constituição de novas periferias), modernização, ampliação e diversificação da estrutura produtiva. O parque industrial catalão aumentou aproximadamente em 65% a sua produção, ao mesmo tempo em que passou por uma importante diversificação: em 1913, o setor têxtil correspondia a 71% da atividade industrial que, em 1930, caiu para 51%, dando lugar ao crescimento das indústrias de química (13,5%), metal-mecânico (19,5%), papel e artes gráficas (6,5%) (OYÓN, 2008, p. 23-24). A expansão industrial foi acompanhada de um grande investimento e um significativo desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação, necessários à ampliação da estrutura produtiva e da circulação de mercadorias. Nesse sentido, houve um considerável incremento na geração e distribuição de energia elétrica, que passou a ser a principal fonte a mover a indústria catalã: em 1910, apenas 14% das indústrias a utilizavam, ao passo que na década de 1930 esse índice chega aos 80%. A disseminação da energia elétrica e do motor de combustão também teve um impacto na ampliação dos transportes: investimentos públicos e privados criaram 108km de linhas de bondes que transportavam 250 milhões de passageiros anualmente, a rede de ônibus possuía 93km de extensão e foi construída uma incipiente rede de metrô a elevados custos; o porto de Barcelona passou por reformas, o que permitiu um aumento de 41% da frota registrada e de 47% na quantidade de toneladas de mercadorias movimentadas. Antes do início da Primeira Guerra Mundial, Barcelona possuía apenas cinco mil linhas telefônicas, mas no final do conflito, esse número era de 25 mil (o que era muito pouco se comparado com o tamanho da população, o que nos permite concluir que era um serviço muito elitizado). Tudo isso transforma a cidade que existia antes da Primeira Guerra e, efetivamente, consolida Barcelona como uma cidade industrial na periferia do capitalismo europeu. Nosso objetivo é ressaltar algumas características dessa espacialidade a fim de criar condições para uma análise mais satisfatória do movimento revolucionário durante a Guerra Civil.

As transformações econômicas são indissociáveis da dinâmica da população e do espaço urbano. Portanto, vamos procurar destacar as relações e conexões que constituem um amplo e complexo processo de mudança da espacialidade catalã e, principalmente, de Barcelona. Nesse sentido, a expansão industrial e da infraestrutura não pode ser dissociada do grande fluxo migratório de população, oriunda de Aragão, Múrcia, Almeria e do Levante, que ocorreu no período em questão e foi responsável por um gigantesco crescimento populacional na cidade de Barcelona. Foram as diversas ondas migratórias e não o crescimento vegetativo que alteraram profundamente a composição e o tamanho da população barcelonesa a qual, conforme salientamos anteriormente, passa de 600 mil, em 1914, para 1,2 milhão de habitantes em 1936. O aumento colossal da população não só gerou uma fortíssima demanda por produtos e serviços, o que estimulou a expansão do consumo e dos investimentos, como também forneceu uma vasta mão de obra para ser incorporada no processo produtivo durante o período de crescimento.

A expansão do tecido urbano e da modernização da cidade acarretou igualmente o aumento da segregação sócio-espacial e dos conflitos de classe. É possível afirmar que a Barcelona industrial que se consolida no período entre guerras é produzida na própria dinâmica da luta de classes e do crescimento econômico espanhol. A intensificação da segregação ocorreu principalmente entre 1922 e 1936. Segundo Oyón (2008, p. 42), podem-se identificar dois períodos singulares dentro desse intervalo de tempo. O primeiro vai de 1922 a 1927, quando a expansão das periferias e dos subúrbios proletários foi bem superior ao crescimento das áreas ricas da cidade. No segundo, de 1927 a 1936, há o predomínio do crescimento das áreas centrais, o que engloba tanto os bairros proletários do sul de Barcelona (localizados no distrito da *Ciutat Vella*), quanto aqueles apropriados pelas elites e classes médias, no eixo centro-norte da cidade, com destaque para a constituição das áreas mais ricas ao norte. Portanto, apesar do predomínio de uma determinada dinâmica nesse período, conclui-se que o processo de segregação compreende basicamente três processos: 1. a expansão das periferias e dos subúrbios proletários; 2. a densificação de bairros proletários tradicionais da *Ciutat Vella*; 3. a consolidação da presença das elites e das classes médias urbanas no eixo centro-norte. O mapa abaixo (Figura 1) mostra os bairros com maior taxa de crescimento durante o período, que correspondem principalmente às periferias, aos subúrbios proletários e à *Ciutat Vella* (OYÓN, 2008, p. 51).



**Figura 1: Bairros com maiores taxas de crescimento (1927-1936)**

Fonte: Adaptado de OYÓN, 2008, p. 51.

Cartografia: Mariah Tramontani Ramos

Obs.: A fonte original não especifica, lamentavelmente, as taxas.

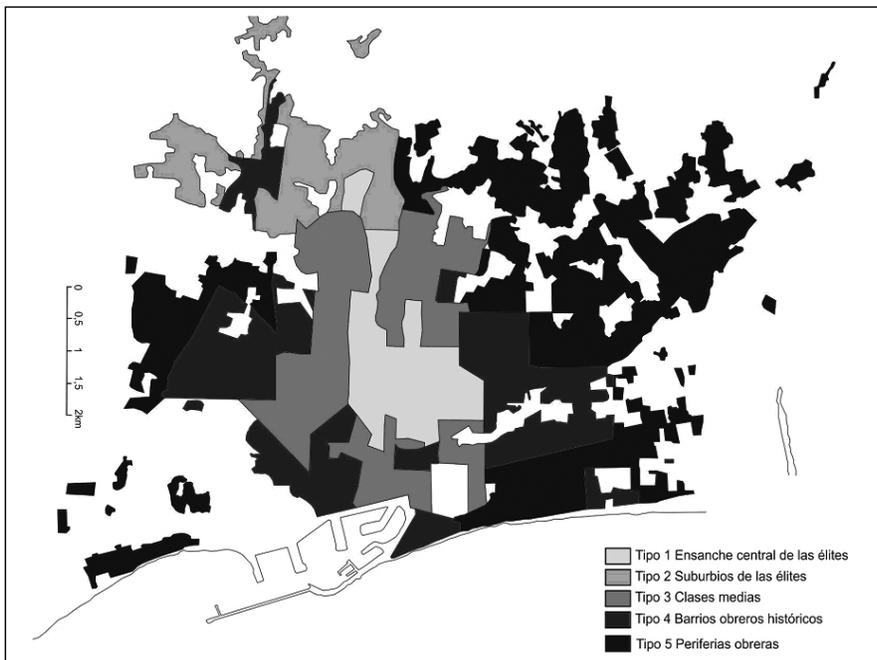
A expansão das periferias e subúrbios proletários foi uma consequência do intenso processo migratório que começou a ocorrer desde o início do século XX e se aprofundou no período entre guerras. Os migrantes que chegaram nas primeiras correntes migratórias consolidaram a ocupação e a expansão dos subúrbios proletários, enquanto as migrações mais recentes, a partir de 1925, contribuíram de forma decisiva para a constituição das periferias de Barcelona. É possível estabelecer uma correlação entre o tempo de chegada do migrante e sua inserção no espaço urbano. Geralmente, aqueles mais antigos conseguiam ocupar os melhores espaços da cidade, no caso, os subúrbios, ao passo que os mais recentes tendiam a se fixar nas periferias. Evidentemente, tal situação não era uma regra fixa, mas uma tendência que se apresentava. A inserção do migrante também estava vinculada à existência de uma rede social de amigos ou parentes que pudesse ajudá-lo na sua chegada à nova cidade. Quanto mais sólida e antiga a rede, maior a probabilidade de o migrante se inserir de forma menos precária no espaço urbano-industrial de Barcelona. Em termos populacionais, essas áreas da cidade foram extremamente importantes para a dinâmica do espaço urbano barcelonês, pois nelas estava localizada a maior parte

das indústrias do município e uma população de aproximadamente 400 mil pessoas, algo em torno de 40% da população total do município e 60% da população trabalhadora. É importante ressaltar que do conjunto periferias-subúrbios, são as últimas áreas que apresentam a maior concentração populacional.

A *Ciutat Vella*, a área proletária mais tradicional da cidade, não deixou de crescer durante o período, e alcançou índices de densidade demográfica elevadíssimos, como nos bairros Barceloneta, Santa Mònica e Sant Pere-Santa Caterina, onde os dados indicavam 1.000 hab/ha. A *Ciutat Vella* era a área mais antiga da cidade e possuía uma composição pluriclassista, que foi se transformando ao longo do período. Conforme o número de trabalhadores ia aumentando, parcelas cada vez maiores da população de classe média e algumas frações da elite barcelonesa que ali habitavam iam deixando esses bairros e se deslocando para áreas mais exclusivas. Enquanto o aumento da população proletária ocorreu devido à proximidade com o porto e ao crescimento do número de oficinas e fábricas, o incremento populacional da *Ciutat Vella*, por sua vez, se deu graças ao processo migratório de espanhóis de outras cidades e regiões, bem como à vinda de muitos estrangeiros, os quais ocuparam principalmente o bairro do Raval, que ficou conhecido como *Barrio Chino*. Entre 1915 e 1930, a população da *Ciutat Vella* passou de 200 mil para 246 mil habitantes. Em geral, como mencionamos anteriormente, os migrantes que chegavam aos bairros da *Ciutat Vella* já contavam com redes sociais de solidariedade, formadas por amigos ou parentes que moravam em Barcelona, o que facilitava a inserção do recém-chegado à cidade. Além disso, o adensamento populacional ocorreu, ainda, basicamente por dois motivos: a construção de novos andares nas edificações já existentes e a coabitação de duas ou mais famílias na mesma unidade de moradia (OYÓN, 2008, p. 43).

Enquanto Barcelona passava por um intenso processo de formação de vastos espaços proletários, a classe média e as elites urbanas começaram a se afastar das “classes perigosas” e de seus espaços incontroláveis, sujos, desordeiros. Dessa forma, temos a constituição de faixas de transição próximas aos bairros operários, caracterizadas por uma maior diversidade de grupos e classes convivendo no mesmo espaço: trabalhadores manuais qualificados, pequenos comerciantes, trabalhadores liberais, como os professores, viviam nos mesmos bairros já dotados de uma infraestrutura melhor, com comércio mais diversificado etc. Conforme o poder aquisitivo dos moradores vai aumentando, os

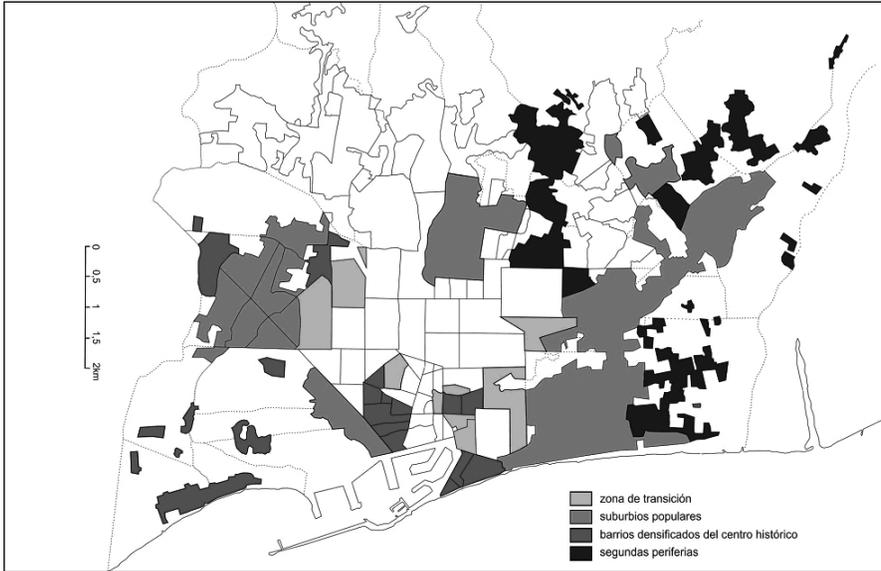
bairros tornam-se cada vez mais exclusivos, no sentido centro-norte. Assim, na parte central da cidade, rodeada por bairros proletários e populares pluriclasses, encontram-se bairros de classe média e de elite que se estendem por um eixo até o norte da cidade. São as áreas mais ricas da cidade, dotadas de melhor infraestrutura, comércio diversificado e um forte e amplo aparato de segurança, conseqüentemente, as mais valorizadas e nobres da cidade, pois foram justamente os bairros que receberam a maior parte dos investimentos realizados ao longo do período entre guerras, o que serviu para aumentar ainda mais as desigualdades entre as diferentes áreas da cidade. Sem dúvida, houve um grande esforço para a valorização de determinadas áreas centrais, com o objetivo de valorizar o capital imobiliário, no entanto, os bairros proletários, principalmente aqueles localizados na *Ciutat Vella*, e os subúrbios também receberam investimentos que os valorizaram e, acima de tudo, influenciaram no valor dos imóveis e aluguéis. As ilustrações abaixo (Figuras 2 e 3) são uma síntese desse panorama geral de Barcelona nos anos 30.



**Figura 2: A apropriação do espaço em Barcelona**

Fonte: Adaptado de OYÓN, 2008, p. 119.

Cartografia: Mariah Tramontani Ramos



**Figura 3: Os principais bairros proletários de Barcelona**

Fonte: Adaptado de OYÓN, 2008, p.119.

Cartografia: Mariah Tramontani Ramos

O breve panorama que apresentamos mostra uma Barcelona marcada por uma intensa segregação espacial. As distâncias físicas, políticas e econômicas entre a burguesia espanhola e a grande massa de trabalhadores não qualificados aumentaram entre 1914 e 1936, a despeito do aumento real dos salários e dos investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado e pelo capital privado no mesmo período.

La segregación social de los barrios obreros respecto a los barrios ricos se acentuó el primer tercio de siglo. La separación del trabajo manual del no manual, la división entre ricos y pobres que resulta de medir la distribución del servicio doméstico en la ciudad no deja lugar a dudas: la distancia física entre ricos y pobres era mayor en 1930 que treinta años antes. Efectivamente, el índice de segregación de la riqueza, o lo que es lo mismo el índice de disimilitud de distribución espacial entre ricos y pobres, ascendió de una manera muy marcada. En 1900, dicho índice se situaba en un destacado nivel de 32. En 1930 había ascendido ya un altísimo 46. Los barrios ricos siguieron concentrando cada vez más a las clases ricas, mientras que los barrios pobres asistieron a un estancamiento y en algunos casos a una pérdida relativa de su diversidad social. En la mayoría de los suburbios populares se dio el primero de dichos procesos. En muchos barrios obreros del centro histórico [*Ciutat Vella*] se produjo el segundo. Las nuevas periferias nacieron ya sin rastro de burgueses. Los grandes cambios en la forma urbana del periodo de entre-

guerras conllevaron pues un cambio trascendental en la geografía social: el progresivo distanciamiento entre trabajadores manuales y burgueses. En sólo treinta años la distancia física entre ambos mundos se había incrementado en 46% (OYÓN, 2008, p. 135).

A intensificação do processo de segregação deve ser compreendida dentro da dinâmica da luta de classes na sociedade espanhola, o que corresponde ao aprofundamento dos conflitos sociais. Nesse sentido, da virada do século até o início da Guerra Civil, a Espanha estava imersa em uma ampla conjuntura de conflagração social devido à sua estrutura política, econômica e cultural. Tais conflitos se manifestam de forma singular no espaço urbano da cidade de Barcelona, onde a luta na esfera da produção está articulada à luta pelo direito à cidade. Assim, as lutas mais amplas que ocorriam em todo o território espanhol ganhavam uma singularidade em Barcelona, uma vez que o questionamento e a luta contra o capitalismo eram indissociáveis da luta pela transformação material e subjetiva do espaço urbano barcelonês, a qual estava diretamente ligada aos processos de transformação espacial na cidade. Nesse contexto, a situação conflituosa se manifestava sob três diferentes formas<sup>5</sup>: 1. greves e manifestações por moradia (o que incluía a questão dos aluguéis e das condições de habitação); 2. protestos e manifestações por melhorias no sistema de transporte; 3. estratégias e práticas ilegais de sobrevivência, o que implicava um uso não autorizado do espaço público (o comércio de rua, por exemplo, como mostra a foto abaixo).

---

<sup>5</sup> É importante ressaltar que os conflitos nas ruas de Barcelona atingiam elevados níveis de violência. Todos os níveis de poder (a municipalidade, a *Generalitat*, que era o órgão do governo autônomo catalão, e o governo central de Madri) atuavam para conter a ação e a presença dos trabalhadores nas ruas da cidade. As greves e manifestações eram fortemente reprimidas pelas forças policiais e pelo exército. A polícia realizava operações diárias para controlar e disciplinar o espaço urbano. Os alvos dessas operações eram vendedores ambulantes, desempregados, prostitutas, bêbados, mendigos, assaltantes, golpistas etc. Essa prática de controle e disciplinarização do espaço urbano por meio do uso das formas repressivas era um ponto comum entre todas as forças e campos políticos da Espanha: republicanos, socialistas, reacionários e conservadores adotavam a mesma política de repressão para lidar com os trabalhadores.



**Figura 4: Comércio de rua em Barcelona, durante a Guerra Civil (julho de 1936)**

Fonte: EALHAM, 2005, p. 178.

Esta foi uma síntese geral da dinâmica do espaço urbano de Barcelona no período entre guerras. Salientamos que essa periodização não foi feita ao acaso, mas é o recorte histórico que nos permite compreender a constituição da cidade que irá passar pela Guerra Civil e experimentar o movimento revolucionário de caráter libertário. A cidade de Barcelona que passa por essas mudanças começa a se constituir efetivamente a partir de 1914 e é completamente diferente da cidade do início do século XX. Tentamos salientar as principais linhas que favorecem a compreensão dos processos mais dinâmicos e importantes para a constituição do espaço barcelonês, assim como os principais conflitos que o moldaram, e a forma como os trabalhadores dele se apropriaram (OYÓN; GALLARDO, 2005).

### **A AUTOGESTÃO ANARQUISTA**

Após o início da Guerra Civil, em 19 de julho de 1936, os trabalhadores transformam o espaço de Barcelona. Novas práticas, novas estratégias e novas relações de poder são instituídas, transformando as formas e os conteúdos da cidade. Nesse sentido, vamos analisar quais foram as novas dinâmicas que o movimento libertário conseguiu imprimir ao espaço urbano: as principais transformações, as conquistas, os limites e os fracassos no processo de autoges-

tão e “autoplanejamento”<sup>6</sup> urbanos (SOUZA, 2006), bem como a intensidade da reestruturação e da refuncionalização espacial. Essas são as questões que nos colocamos a partir de agora.

Após a vitória dos trabalhadores sobre os nacionalistas, Barcelona se transformou em uma cidade proletária. As palavras, as roupas, os gestos, a estética, os usos do espaço, o passar do tempo, tudo ficou fortemente marcado pela cultura popular da classe trabalhadora, que se apropriou efetivamente da sua cidade. Parecia que as relações de poder heterônomas tinham sido superadas pela *práxis* revolucionária e a segregação tinha sido significativamente reduzida, tendo em vista a apropriação do espaço urbano, na sua totalidade e multiplicidade, pela classe trabalhadora. A descrição que George Orwell faz quando chega a Barcelona (o autor lutou em uma milícia do POUM) é a de uma cidade onde a classe trabalhadora tinha consolidado uma revolução.

Os anarquistas tinham o controle virtual da Catalunha, e a revolução ainda ia de vento em popa. Para qualquer um que estivesse lá desde o começo, provavelmente parecia, já em dezembro ou janeiro, que o período revolucionário estivesse terminado; mas para alguém vindo direto da Inglaterra, o aspecto de Barcelona era algo surpreendente e irresistível. Pela primeira vez na vida me encontrava numa cidade onde a classe trabalhadora estava no comando. Praticamente todos os prédios, do tamanho que fosse, tinham sido tomados pelos trabalhadores e estavam enfeitados com bandeiras vermelhas ou com a bandeira rubro-negra dos anarquistas [...] Todas as lojas e cafés exibiam uma inscrição dizendo que tinham sido coletivizados; até mesmo os engraxates tinham coletivizado suas caixas pintadas de vermelho e preto. [...] Ninguém dizia “señor” ou “don” ou mesmo “usted”; todo mundo chamava de “camarada” e “tu” (ORWELL, 2006, p. 28-29. Grifos no original)

Os primeiros dois, três meses foram marcados pela nova apropriação do espaço urbano pela classe trabalhadora. A hegemonia militar e política exercida pelas or-

---

<sup>6</sup> A expressão autoplanejamento urbano foi proposta por Souza (2006, p. 175. Grifos no original), onde o autor afirma que: “Falar em gestão, de um ângulo autonomista, significa falar, idealmente, de *autogestão*. Analogamente, e embora soe estranho, falar de planejamento, autonomisticamente, equivale a defender um ‘autoplanejamento’, isto é, um planejamento feito não apenas ‘participativamente’ (esquemas de ‘co-gestão’ entre Estado e sociedade civil), mas de modo radicalmente horizontal: a coletividade planeja, democraticamente, seus destinos e seus espaços.” Assim, para o autor, o autoplanejamento e a autogestão são processos e atividades indissociáveis e complementares, que devem ser considerados “os componentes e os pilares de um projeto de autonomia” (SOUZA, 2006, p. 175). O “autoplanejamento” diz respeito à capacidade dos ativismos sociais para planejar, ou seja, criar estratégias, táticas, diretrizes e planos que busquem maximizar as chances de sucesso e minimizar os fracassos de suas ações, em um ambiente fundamentalmente autônomo.

ganizações libertárias foi capaz de destruir uma série de práticas e relações de poder que limitavam a circulação, a mobilidade, a inserção e a vivência dos trabalhadores na sua própria cidade. O primeiro ponto crucial foi o fim da forte repressão policial aos trabalhadores, desempregados, ambulantes, pedintes, mendigos etc. O fim da forte repressão, da vigilância e do controle permitiu ao trabalhador sentir, pela primeira vez, que as ruas da cidade eram suas e que ele poderia estar ali sem o temor de ser preso, ameaçado ou sofrer algum tipo de violência – o corpo errado no espaço errado. Isso significava que a figura do trabalhador não representava um perigo, mas sim a nova ordem societária, o que implicava a disseminação de seus hábitos e valores nas relações cotidianas e no uso do espaço. Bairros, praças, ruas e avenidas, que antes eram proibidos ou cujo acesso era limitado, foram tomados por jovens, mulheres e homens que queriam conhecer e visitar lugares onde antes não podiam estar. O corpo dos trabalhadores circulava pela cidade, movido pela curiosidade, pela vontade de passear, conhecer, experimentar, ter uma nova visão da sua própria cidade, ter acesso a bens e serviços que antes eram inacessíveis, descobrir novas paisagens urbanas que eram invisíveis. Quando o corpo do trabalhador ganha o espaço urbano para além dos seus bairros, ele leva consigo seu modo de vestir, falar, andar, comer, beber etc. e, ao mesmo tempo, faz com que o corpo burguês, o corpo da classe média se esconda, fuja, adapte-se ou se fantasie de trabalhador. Em outras palavras, quando os macacões, as roupas de algodão grosso e as boinas dos trabalhadores representavam a nova ordem societária, foi muito comum ver a classe média, a burguesia republicana (conservadora, mas não nacionalista ou fascista) trocando suas roupas caras pelos mesmos macacões e roupas de algodão, alterando seu palavreado, imitando gírias e comportamentos dos trabalhadores, de forma a se camuflar no novo contexto social e, com isso, evitar qualquer tipo de “justiça revolucionária”, perseguições, ameaças e outros tipos de violência. Conforme o corpo do trabalhador se apropriava materialmente do espaço urbano, ocorria, ao mesmo tempo, uma nova apropriação subjetiva e simbólica desse espaço. Símbolos que representavam a Espanha tradicional eram destruídos ou retirados dos espaços públicos (bandeiras, estátuas, placas que homenageavam ou remetiam à monarquia, ao exército, à Igreja etc.), prédios que abrigavam organizações e partidos conservadores eram ocupados ou destruídos, nomes de ruas, praças e avenidas eram alterados para substituir as homenagens a nobres, clérigos, santos, militares e burgueses pelo preito aos heróis da revolução libertária, aos principais formuladores e militantes do movimento anarquista ou para lembrar datas importantes para o movimento liber-

tário: assim surgiram diversas ruas e praças com os nomes de Kropotkin, Francisco Ascaso, Durruti, 4 de Setembro (data de uma violenta invasão à sede da CNT), Malatesta, entre outros. É fundamental compreender que a toponímia faz parte do processo de apropriação e produção do espaço social, diretamente relacionado ao projeto político e ao modo de existência que está sendo instituído de forma coletiva durante o movimento revolucionário. Uma nova dinâmica urbana se constitui com a apropriação da cidade pelos trabalhadores, o que significa uma nova mobilidade e circulação, novas formas de ser, perceber e estar na cidade, assim como uma ressignificação desse espaço.

A inserção dos trabalhadores no espaço urbano foi consequência, principalmente, das ações das organizações libertárias que estavam consolidadas em Barcelona e que tiveram, no período entre guerras, o tempo de maturação e de formação política que possibilitaram o desenvolvimento do processo revolucionário durante a guerra civil. Foram as associações de bairro, os centros culturais, os ateneus libertários, os sindicatos e a CNT, os grupos de afinidade anarquistas, a FAI e os grupos da juventude libertária. Essa grande gama de organizações foi capaz de mobilizar os trabalhadores para efetuar transformações nas formas de gestão e uso do espaço urbano, pautados pelos princípios libertários, e que possibilitaram a apropriação efetiva da cidade.

Diante do colapso do aparelho estatal, as organizações libertárias tomaram para si a responsabilidade de organizar a vida cotidiana em relação aos serviços e à gestão do espaço urbano, o que implicava combater as desigualdades e a precariedade das condições de vida características do cotidiano dos trabalhadores da cidade, como vimos anteriormente. Nesse sentido, várias ações foram postas em prática para tentar transformar a espacialidade heterônoma de Barcelona em uma cidade libertária. Um novo conjunto de relações de poder, portanto, busca expressar sua espacialidade à medida que tenta superar a espacialidade herdada.

Inúmeros comitês revolucionários de bairros foram criados para lidar com problemas imediatos da população: distribuição de alimentos por intermédio da criação de armazéns e refeitórios coletivos, formação de pequenas milícias para cuidar da segurança, prestação de primeiros socorros para feridos, desenvolvimento de atividades educativas e culturais para crianças e jovens nas escolas e ateneus, organização de redes de ajuda mútua para cuidar de órfãos, idosos e crianças pequenas, limpeza das ruas etc. Em suma, várias atividades importantes do cotidiano eram organizadas pelos comitês revolucionários, que estavam atu-

alizando práticas já existentes nos bairros proletários diante do novo contexto. A constituição e a ação dos comitês estavam fortemente vinculadas ao espaço de referência identitária, ao lugar, ao bairro onde as coletividades se instituíram. No entanto, diferente do isolamento em que viviam os bairros operários<sup>7</sup>, a nova dinâmica é marcada por uma significativa articulação entre os diversos comitês, organizações e sindicatos, uma vez que uma série de serviços e questões referentes à gestão do espaço urbano se colocava na escala da cidade e não apenas do bairro. Como os protagonistas eram os próprios trabalhadores, eles tinham a necessidade de criar articulações que permitissem a mobilidade e a circulação de pessoas, produtos, serviços e informações entre os diversos bairros. A atuação dos comitês proporcionava um forte engajamento da população, o fortalecimento de laços de solidariedade e uma sociabilidade ainda mais ampla, considerando o maior número de relações e responsabilidades que cada pessoa assumia. A coletividade se fortalecia dentro de um processo criativo de instituição de relações sociais e de intensificação de encontros e afetos (e desafetos, por que não?).

O desenvolvimento das atividades dos comitês implicava novos usos do espaço. Igrejas, prédios, casas, mercados, estabelecimentos comerciais, hotéis e restaurantes foram expropriados pelos trabalhadores para que eles pudessem desenvolver as ações sob sua responsabilidade. As igrejas que não foram destruídas e outros imóveis foram utilizados para inúmeras finalidades, funcionando como armazéns, garagens, cinemas, escolas, enfermarias, creches etc. Casas, prédios e hotéis (geralmente os melhores, mais bem conservados) expropriados tornaram-se sedes das organizações dos trabalhadores, dos comitês, partidos e milícias. Era comum que restaurantes e hotéis fossem transformados em refeitórios coletivos, onde a comida era oferecida de graça a desempregados, crianças e idosos, e vendida aos trabalhadores por preços bem menores que o habitual (como podemos observar na Figura 5, mais abaixo). Mercados, quitandas e estabelecimentos comerciais foram transfor-

<sup>7</sup> A mobilidade dos trabalhadores na cidade era muito limitada. O cotidiano era basicamente vivido nos espaços da casa e do trabalho. Para uma grande parcela dos trabalhadores barceloneses, a moradia e o trabalho ficavam no mesmo bairro, limitando a experiência e a vivência da cidade. Nesse caso, enquanto 42% dos trabalhadores qualificados e artesãos moram no próprio bairro em que trabalham, essa é a realidade de 76% dos trabalhadores não qualificados. Além disso, dentre os trabalhadores qualificados, 26% iam para o trabalho a pé e 74% utilizavam algum tipo de transporte (principalmente o bonde), ao passo que 76% dos trabalhadores não qualificados iam a pé para seu local de trabalho (OYÓN, 2008, p. 271).

mados em armazéns onde as pessoas poderiam comprar os produtos à disposição, fornecidos pelos sindicatos e coletividades (agrícolas ou industriais), como podemos observar na Figura 6.



**Figura 5: Restaurante coletivizado e incorporado ao ramo da indústria de alimentos**

Fonte: <http://avliberacion.blogspot.com/2010/12/el-triunfo-de-la-libertad.html>



**Figura 6: Cooperativa popular de distribuição de alimentos em Barcelona (1936)**

Fonte: <http://cntaittoledo.blogspot.com/2010/05/las-colectivizaciones-en-catalunya-1936.html>

A ação dos comitês só foi possível graças a uma forte identidade sócio-espacial produzida ao longo do tempo durante os conflitos do período entre guerras e à sociabilidade calcada na experiência da vida cotidiana do bairro. Assim, as redes de solidariedade e os laços familiares e de amizades, associados ao processo de formação política<sup>8</sup> durante os conflitos e manifestações, permitiram a constituição dos comitês revolucionários de bairro logo após o início da guerra. Por outro lado, os comitês transformaram a vida cotidiana do bairro intensificando a dinâmica do espaço público e instituindo uma esfera política com uma vitalidade inexistente até então. Não se trata, efetivamente, de uma “evolução” ou um julgamento de valor entre uma situação “pior” e outra “melhor”, mas sim de uma transformação, de um aprofundamento das relações, que agora estão inseridas num processo de instituição de outras relações sociais e de poder que constituem um novo modo de existência (ainda que temporário) do qual as pessoas participam com maior intensidade de várias atividades de caráter político, econômico e cultural. Portanto, o cotidiano da população de Barcelona estava condicionado pela dinâmica dos comitês, uma vez que eram as organizações responsáveis pela coordenação de uma série de atividades diretamente ligadas à gestão do espaço e das necessidades mais imediatas da população, como segurança, alimentação, saúde, limpeza etc. Os comitês eram organizados seguindo os princípios da delegação<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Este processo foi fundamental para a radicalidade e a consistência da experiência anarquista na Espanha. Entre 1911 e 1936, os trabalhadores barceloneses e suas famílias estavam engajados em movimentos políticos de caráter reivindicativo e revolucionário. As experiências de mobilização, organização de greves, passeatas, manifestações, redes de ajuda mútua e ocupações de prédios, realizadas por sindicatos, associações e grupos de afinidade foram cruciais para a constituição de um movimento operário e de moradores forte, politizado e organizado.

<sup>9</sup> No sistema de delegação, uma ou várias pessoas assumem o cargo de delegados. Os delegados possuem basicamente duas funções: a de porta-voz e a de coordenador de ações e atividades definidas pela coletividade em assembleias nas quais ele participa de corpo presente, onde é eleito. Assim, o delegado não pode falar nem agir por si próprio, mas deve sempre seguir o que foi determinado pelo coletivo. No papel de porta-voz, ele deve levar para outros espaços de debate e deliberação aquilo que foi decidido, como, por exemplo, encaminhar as propostas de organização da luta dos trabalhadores de uma fábrica para a assembleia da federação regional. Ele não pode inventar, criar ou propor nada por si, mas ater-se ao que foi decidido coletivamente. Na função de coordenador, o delegado tem o dever de executar e coordenar as ações e tarefas que foram definidas na assembleia, como, por exemplo, produzir um jornal, coordenar uma comissão técnica, organizar um curso de formação política etc. O mandato de um delegado geralmente é de curta duração, para evitar a cristalização de poder e a consequente constituição de hierarquias e relações heterônomas. Dependendo das necessidades e interesses da coletividade, esse mandato pode ter uma duração maior (quando o delegado é extremamente competente e único na sua função, ou quando existe o objetivo de obter mais experiência no desempenho da função). A coletividade exerce controle sobre as atividades do delegado através de um sistema

e da federação<sup>10</sup>, segundo os quais cada tipo de atividade tinha sua própria dinâmica de funcionamento. Os refeitórios coletivos tinham sua própria organização, assim como as enfermarias, creches, escolas, armazéns, grupos milicianos etc. Cada grupo contava com seus delegados, que constituíam os comitês de bairro. Nessa perspectiva, existia a possibilidade da participação direta do processo de gestão das atividades e do uso do espaço. As pessoas que não estavam diretamente engajadas em alguma atividade estavam absolutamente inseridas e dependentes da ação que os comitês imprimiam à sua organização.

Um desafio às organizações dos trabalhadores era conseguir normalizar o setor de serviços urbanos para atender as necessidades da população, no que a ação dos sindicatos foi decisiva. Assim como as indústrias, grande parte dos serviços urbanos foi coletivizada, desde táxis e caixas de engraxate, passando por padarias, barbearias até grandes empresas de ônibus, trens e energia (PEIRATS, 1978 e 2006; DURAN, 1996; SOUCHY; FOLGARE, 2006), divididos em dois grandes grupos: 1. infraestrutura, como transportes, energia e comunicações; 2. comércio e serviços cotidianos, como padarias, oficinas, alfaiates, barbearias etc.

---

no qual ele deve prestar contas de suas ações e receber novas instruções periodicamente. Dessa forma, a coletividade pode avaliar de modo mais eficaz o trabalho desempenhado pelo delegado e decidir sobre sua recondução ou não ao cargo. Ao contrário da democracia representativa, onde a revogação do mandato pelos eleitores é praticamente impossível, na delegação o mandato é facilmente revogável. No entanto, “a perda do mandato deve obedecer a critérios sólidos, para que se evite que acusações levianas ou motivadas por questões pessoais possam levar à destituição de um delegado” (SOUZA, 2006, p. 91).

<sup>10</sup> “FEDERAÇÃO, do latim *foedus*, genitivo *foederis*, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança etc., é uma convenção pela qual um ou mais chefes de família, uma ou mais comunas, um ou mais grupos de comunas ou Estados, obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação” (PROUDHON, 2001, p. 90. Grifos no original). A ideia fundamental da federação é permitir que cada unidade que a constitui preserve sua autonomia e soberania em relação à coletividade dentro dos limites estipulados pelo contrato político ou, nas palavras de Espinosa, pelo direito civil. Dito de outra forma, o objetivo fundamental da federação é aumentar a capacidade de agir e de pensar de seus componentes, é garantir-lhes uma potência de agir maior do que teriam se permanecessem sozinhos. Assim, a federação coloca como condição de existência a horizontalidade e a descentralização das relações de poder, visando evitar a constituição de hierarquias autoritárias e reduzir as chances da constituição de relações heterônomas. Nesse sentido, as instituições e órgãos criados pela federação não podem subtrair da coletividade o exercício do poder instituinte, ou seja, não podem formular leis e normas, executar ou julgar qualquer tipo de ação que não tenha sido deliberada pela coletividade: órgãos e instituições da federação só podem agir por meio de seus delegados, que têm a função de executar o que foi deliberado no contrato político ou no direito civil.

O primeiro conjunto demandava uma complexidade de gestão maior do que o segundo, e embora os trabalhadores tenham logrado êxito na tarefa de pelo menos manter os serviços e alguns ganhos pontuais em determinados setores, não conseguiram, nem de longe, superar as desigualdades e as precariedades características de Barcelona até aquele momento. Outro ponto importante a destacar é que assim como no setor industrial, o processo de coletivização dos serviços urbanos desse porte pode ser dividido em dois períodos, indo, o primeiro, de julho de 1936 a maio de 1937, caracterizado pela hegemonia libertária, e o segundo, de maio de 1937 até o fim da guerra, marcado pela recomposição do aparelho de Estado e pela gradativa derrota do processo revolucionário.

A hegemonia libertária permitiu que os trabalhadores implementassem efetivamente, no primeiro período indicado, um vigoroso processo autogestionário nas maiores e mais importantes empresas de água, energia e transportes de Barcelona, e eles tiveram êxito na condução da prestação dos serviços em todos os aspectos, técnicos, econômicos e políticos. As preocupações fundamentais dos sindicatos e trabalhadores engajados nesse setor eram as seguintes: 1. manter e, se possível, expandir os serviços prestados para o maior número possível de pessoas; 2. reduzir as tarifas dos serviços; 3. implementar mudanças técnicas e de gestão para aumentar a produtividade. Os maiores avanços foram alcançados na manutenção dos serviços e na redução das tarifas, enquanto a ampliação dos serviços foi pontual, e as mudanças técnicas e de gestão, ainda que importantes do ponto de vista político, pouco contribuíram para um aumento efetivo da produtividade ou da eficácia dos serviços nesse curto período de tempo.

O serviço de água estava concentrado basicamente na Companhia Catalã de Água, Gás e Eletricidade e na Companhia Geral de Águas de Barcelona (BERNECKER, 1982, p. 363; ROCA, 1983, p. 35; SOCHY; FOLGARE, 2007, p. 113). Segundo os autores, as empresas eram privadas e foram coletivizadas pelos trabalhadores até sofrerem intervenção estatal<sup>11</sup>, a partir de setembro de 1937, devido a seu caráter estratégico. Até que isso ocorresse, as empresas ficaram sob controle direto dos trabalhadores organizados em sindicatos vinculados à CNT, num regime de autogestão, instituído através de assembleias. Tinham como meta final o abastecimento imediato de Barcelona e da sua região metropolitana, le-

<sup>11</sup> Conforme a guerra avançava, o aparelho de Estado conseguia se recompor, principalmente na esfera nacional. Assim, o governo central de Madri e a *Generalitat* passaram a intervir nas fábricas coletivizadas para retomar o controle da economia e desarticular o processo revolucionário.

vando em consideração o aumento da demanda resultante do crescimento populacional e industrial. Isso significava, na prática, a expansão do consumo por meio de duas medidas: a implementação de infraestrutura técnica nos bairros de periferia, que apresentavam deficiência de abastecimento e, principalmente, a redução do preço da tarifa de água. Antes da coletivização, a tarifa variava entre 0,30 pts a 2,50 pts por metro cúbico de água. O sindicato dos trabalhadores do setor estipulou uma tarifa única de 0,40 pts por metro cúbico, o que teve com efeito imediato o aumento do consumo de água, principalmente na periferia da cidade, onde o preço anterior inibia o consumo para um número significativo de famílias (ROCA, 1983, p. 37). A redução da tarifa foi a principal medida tomada dentro de uma política de ampliação do serviço de água na cidade e na Catalunha como um todo. No entanto, não foi possível desenvolver os planos de implementação de infraestrutura para resolver ou, de forma mais realista, amenizar a precariedade do serviço na periferia urbana e promover uma ampla unificação do abastecimento da região metropolitana. Os elevados custos financeiros e certas dificuldades técnicas (escassez de mão de obra, máquinas e materiais) foram os maiores obstáculos para o desenvolvimento desse projeto, mesmo depois que a empresa foi estatizada, quando, apesar de haver, a rigor, uma quantidade maior de recursos disponíveis, a conjuntura bélica e econômica o inviabilizou. É importante ressaltar que assim como nas indústrias, a intervenção estatal significou o fim da autogestão dos trabalhadores, com a substituição das assembleias e das delegações por uma direção de empresa que centralizava as decisões.

Processo semelhante ocorreu com o serviço de geração e distribuição de energia que, num primeiro momento, foi coletivizado e administrado sob a forma de autogestão, mas sofreu intervenção em junho de 1937, também por se tratar de um serviço estratégico, tendo sido retirado das mãos dos trabalhadores e assumido pelo Estado.

Esse serviço estava relacionado à gestão do fornecimento de água na cidade, uma vez que a principal matriz energética utilizada no consumo doméstico era a eletricidade, e o preço do kW/h estava atrelado ao preço da água. Isso significa dizer que a redução do valor do metro cúbico da água teve um impacto direto na redução das tarifas de energia, o que ampliou também o consumo de eletricidade em toda a cidade. O interessante é que houve uma redução significativa na tarifa justamente nos horários de maior demanda doméstica, ou seja, nos períodos entre 12h00 e 14h30 e entre 19h00 e 21h30 (ROCA, 1983, p. 20). Além disso,

a redução da tarifa de eletricidade estava inserida numa estratégia de redução do uso do carvão e do gás, com o objetivo de amenizar os gastos com a importação desses produtos, visando à redução do déficit comercial. Existiam mais dois pontos importantes no projeto formulado inicialmente pelos trabalhadores: a eletrificação geral dos transportes e a expansão da rede elétrica por toda a Catalunha. Um tímido avanço foi percebido nos dois pontos (SANTILLÁN, 1980; ROCA, 1983), com a expansão da rede elétrica para outros municípios e a eletrificação de alguns trechos de linhas de trens apenas, o que ficava muito aquém do mínimo estipulado no projeto inicial, cuja proposta previa a eletrificação geral de nada menos do que onze linhas completas (ROCA, 1983, p. 22-23).

Os melhores resultados em termos de ampliação dos serviços oferecidos ocorreram no âmbito dos transportes. Os sindicatos dos trabalhadores do setor iniciaram rapidamente o processo de coletivização e, em pouco tempo, as empresas de bondes, trens e ônibus de Barcelona estavam sob controle dos próprios trabalhadores (vide a Figura 7, mais adiante). Assim como nos demais serviços de infraestrutura, a preocupação básica era, no mínimo, manter o funcionamento das atividades e, se possível, ampliar e melhorar sua qualidade. Os trabalhadores tiveram poucas dificuldades em manter o mesmo nível do serviço que era prestado antes da guerra, afinal, a qualidade do serviço era ruim, e foi difícil causar maiores prejuízos à população. Conseguiram conservar as linhas convencionais e os horários habituais, e não tiveram grandes problemas técnicos com a manutenção da frota de veículos, pelo menos nos primeiros meses do conflito. No entanto, diferentemente dos setores de energia e de água, os sindicatos conseguiram implementar melhorias significativas no serviço: 1. assim como nos demais serviços urbanos, a tarifa foi reduzida, o que possibilitou a ampliação do número de viagens para os trabalhadores, aumentando sua mobilidade na cidade; 2. houve a expansão das linhas de ônibus para bairros que não eram servidos por trens ou bondes; 3. foram criados novos itinerários para aumentar a mobilidade e o acesso à rede de transportes; 4. implementou-se a interligação entre os diferentes tipos de transportes para reduzir trajetos antes realizados a pé (SANTILLÁN, 1980; BERNECKER, 1982; ROCA, 1983, EALHAM, 2005). Tais melhorias ocorreram principalmente no ano de 1936 e no início de 1937. No entanto, com o transcorrer da guerra, a qualidade do serviço foi se deteriorando basicamente por dois motivos: 1. as fontes de energia (gasolina, carvão, eletricidade) sofreram racionamento, dando prioridade às atividades bélicas e ao funcionamento do aparelho de Estado, o que obrigou a uma restrição dos serviços

(ampliação do tempo de viagens, redução do número de veículos etc.); 2. inúmeros veículos passaram a ser requisitados para uso militar, principalmente ônibus e trens, que eram utilizados para o transporte de tropas, feridos, mantimentos, armas e munição. Além dos transportes públicos convencionais, os táxis de Barcelona foram coletivizados e transformados em lotações, permitindo que um único automóvel transportasse diversos passageiros. Um fenômeno relativamente comum foi a expropriação de carros particulares (que eram artigos de luxo) para o uso cotidiano dos trabalhadores (de forma privada ou coletiva, transformando-os em táxis, por exemplo). No entanto, essa apropriação massiva de carros privados deu origem a uma grande quantidade de motoristas que simplesmente não sabiam dirigir de forma adequada. O resultado foi o aumento no número de acidentes com mortos, feridos, e graves danos aos veículos. Para coibir tais problemas e evitar a perda desnecessária de veículos que poderiam ser úteis para o uso civil ou militar, o Comitê de Milícias Antifascistas<sup>12</sup>, a prefeitura e a *Generalitat* concordaram em criar um rigoroso controle sobre o uso dos veículos, que incluía a obrigatoriedade de uma carteira de motorista e a determinação de quais tipos de automóveis tinham permissão para circular na cidade. O uso privado dos carros foi praticamente abolido, o número de táxis foi drasticamente reduzido e os veículos que tinham permissão para trafegar eram aqueles utilizados com fins militares (transporte de tropas, munições etc.), econômicos (transporte de mercadorias, produtos, máquinas etc.), para locomoção da população civil (transportes públicos) e o deslocamento de membros de organizações políticas.



**Figura 7: Bonde coletivizado (1936)**

Fonte: <http://cntraitoledo.blogspot.com/2010/05/las-colectivizaciones-en-catalunya-1936.html>

<sup>12</sup> Órgão constituído pela CNT e pela FAI, que exercia o poder de fato na Catalunha nos primeiros meses da guerra.

Os demais serviços urbanos passaram basicamente pelo mesmo processo da indústria: além da constituição de diversas experiências de cogestão, houve um intenso esforço de coletivização, porém a propriedade particular não foi completamente abolida, o que significou a permanência de inúmeros estabelecimentos privados. Em relação à distribuição da riqueza produzida em cada coletividade, é possível afirmar que predominou a manutenção da remuneração por meio dos salários individuais e a utilização da peseta como moeda oficial. Poucas experiências adotaram o salário familiar<sup>13</sup>, no entanto, foi comum a emissão de vales e bônus de trabalho<sup>14</sup>, que circulavam juntamente com a peseta. Inúmeros cargos de gerência e direção foram abolidos e, com isso, reduziram-se as diferenças salariais entre os trabalhadores do mesmo estabelecimento, no entanto, elas nunca foram totalmente suprimidas.

É interessante salientar que tais atividades eram consideradas marginais no contexto da guerra civil, o qual a indústria e a agricultura tinham um caráter estratégico crucial e, por isso, eram os principais focos de tensão e disputa entre os diferentes campos políticos. Os serviços urbanos ligados às atividades mais corriqueiras e cotidianas eram relativamente negligenciados, o que garantia aos trabalhadores uma margem de manobra maior para agir de acordo com seu projeto político. Isso significa dizer que as coletivizações deste setor gozaram de maior liberdade e tranquilidade para desenvolver seus planos, correndo menos riscos de intervenção estatal, por exemplo.

Grande parte das coletivizações foi realizada em estabelecimentos de pequeno e médio porte: padarias, cafés, bares, restaurantes, barbearias, cinemas,

<sup>13</sup> O salário familiar foi a forma mais comum de remuneração durante a experiência anarquista espanhola. A ideia fundamental era permitir que todos tivessem acesso aos bens e serviços necessários e disponíveis, e levava-se em conta a necessidade do consumo familiar, independente da produtividade individual. Era uma forma de distribuir a riqueza por todos os membros da coletividade, ainda que não estivessem diretamente engajados no processo produtivo. Cada coletividade estabelecia um valor para a remuneração, que deveria ser pago diária ou semanalmente, calculado a partir da jornada de trabalho e do número de membros da família de cada trabalhador. Assim, em um caso hipotético, uma jornada de trabalho diária equivalia ao pagamento de 5 pesetas. Na composição do salário familiar, a esse valor era acrescentado um extra que correspondia a cada pessoa da família: “al ingreso básico percibido por el cabeza de familia se añadia el 50 por 100 más por um segundo miembro de la familia, el 15 por 100 por um tercero y, a partir de ahí, el 10 por 100 por cada miembro más” (BERNECKER, 1982, p. 185).

<sup>14</sup> Vales e bônus de trabalho eram utilizados para permitir o acesso da população a determinados bens e serviços. Ao invés de receber uma remuneração, o trabalhador ou a família recebiam um vale ou bônus, que dava direito a consumir uma determinada quantidade de bens e serviços, e assim como o salário família e outras formas de remuneração, era pago semanalmente.

escolas, teatros, oficinas mecânicas etc. Parcela significativa de seus trabalhadores era filiada a algum sindicato, seja à CNT ou à UGT, que embora fossem sindicatos mais fracos e dotados de menos recursos técnicos, financeiros e institucionais, não representaram obstáculo para a organização federativa desses trabalhadores dentro da cidade. Dessa forma, mesmo contando com uma estrutura sindical mais deficiente, eles foram capazes de se mobilizar e coordenar suas atividades cotidianas dispondo de mais liberdade para agir e radicalizar suas práticas. Nesse sentido, os trabalhadores ligados à educação (basicamente professores), à cultura (cinemas, teatros e bibliotecas) e os barbeiros deram exemplos interessantes de consistência e radicalidade política. Os principais pontos em comum eram a grande autonomia que cada coletividade tinha em relação ao sindicato e, ao mesmo tempo, a forte articulação política e programática existente entre os diferentes grupos, o que demonstra o vigor do princípio federativo em uma intensidade maior do que em muitas experiências industriais.

As atividades voltadas para a educação e a cultura tiveram uma grande importância no cotidiano dos trabalhadores, uma vez que estavam diretamente relacionadas com o processo educacional de crianças, jovens e adultos e, além disso, contribuía de forma decisiva para fortalecer uma pedagogia política através da cultura. Em outras palavras, tais atividades eram fundamentais, pois tratavam da formação política, cultural e intelectual dos trabalhadores e de suas famílias, e a forma como estavam organizadas favorecia, sem dúvida, o fortalecimento do processo revolucionário.

A criação de creches para crianças e órfãos e a organização das Escolas Modernas foram os pilares do processo educacional durante a Guerra Civil. As Escolas Modernas foram inspiradas nas ideias de Francisco Ferrer (1849-1909), o pedagogo libertário catalão que propôs uma escola sem hierarquias, punições ou avaliações, orientada pela prática científica e racional, baseada nos princípios da ajuda mútua e da cooperação, onde alunos e professores estariam engajados de forma conjunta e horizontal no processo de construção do conhecimento e na definição das normas de convívio na comunidade escolar. Inúmeras escolas assim organizadas foram fundadas antes do início da Guerra Civil e outras surgiram no decorrer do conflito devido à necessidade de prover educação aos muitos jovens que tiveram sua vida escolar interrompida. Nessa perspectiva, diversos imóveis que haviam sido abandonados foram convertidos

em Escolas Modernas pelos professores e mães dos alunos, as quais participavam ativamente do cotidiano escolar. No entanto, devemos salientar que a maior parte das atividades desempenhadas pelas mulheres nas escolas reduzia-se a tarefas domésticas (limpeza e alimentação), o que demonstrava a incapacidade do movimento libertário em superar ou lidar com as desigualdades e questões de gênero (ROCA, 1983; EALHAM, 2005; OYÓN, 2008). As escolas estavam organizadas basicamente por bairro, fruto da identidade espacial calcada no lugar e, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação e fortalecimento de tal identidade.

As atividades culturais também tiveram uma importância significativa na retaguarda. Em primeiro lugar, porque eram utilizadas para proporcionar, ainda que de forma limitada, algum enriquecimento cultural aos trabalhadores durante seus poucos momentos de lazer. Em segundo lugar, a cultura era um poderoso instrumento de propaganda e de produção de subjetividade para legitimar o processo revolucionário e incentivar a luta contra o fascismo. Os cinemas e os teatros cobravam ingressos muito baratos da população, isso quando não abriam suas portas ou, de forma radical, exibiam filmes e encenavam peças no meio da rua, várias vezes ao dia, proporcionando uma nova forma de apropriação do espaço público. Alto-falantes foram instalados nos postes para que os programas de rádio e as canções revolucionárias tivessem o maior alcance possível e fizessem parte do cotidiano do trabalhador.

A experiência das barbearias de Barcelona tornou-se famosa pela capacidade de organização, radicalidade e consistência política dos trabalhadores. Segundo o relato de Souchy e Folgare (2006, p. 117-120), os barbeiros trabalhavam em condições muito precárias: “un mal espejo, unos panos y un jabón para cien clientes era el ajuar de esos establecimientos llamados ‘peluquerías’” (SOUCHY; FOLGARE, 2006, p. 117), para um ganho semanal de 40,25 pesetas. Além disso, estimava-se que o número de barbeiros desempregados em Barcelona chegava a trezentos, fazendo com que o valor do salário permanecesse baixo e as condições de trabalho, as mesmas, uma vez que existia uma oferta significativa de mão de obra ociosa disposta a aceitar tais condições. Após o fracasso do golpe em Barcelona, os barbeiros realizaram uma série de assembleias e decidiram pela coletivização dos estabelecimentos da cidade, iniciando um processo de reestruturação da atividade baseado principalmente na distribuição espacial das barbearias. Num primeiro momento, dividiram a cidade

em zonas, que não necessariamente coincidiam com os bairros e, a partir daí, começaram a planejar a oferta do serviço. O primeiro passo foi fechar inúmeras barbearias deficitárias, o que resultou em uma economia de 80 mil pesetas mensais de aluguel, dinheiro que foi utilizado para melhorar as condições de trabalho com a compra de novos produtos e, principalmente, incorporar os barbeiros desempregados. Sobraram apenas 240 barbearias em Barcelona, distribuídas por zonas estabelecidas pelos trabalhadores, considerando a acessibilidade, o tamanho e a renda da população em cada uma. A jornada de trabalho diária era de seis horas e meia, sendo que as barbearias ficavam abertas de oito da manhã às nove da noite, sem nenhuma interrupção. A redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo de funcionamento do estabelecimento permitiram a incorporação de mais trabalhadores, eliminando o desemprego nesse serviço. A reestruturação permitiu aumentar o salário para 60 pesetas semanais nos dois primeiros meses de coletivização e, depois, para 75.

A exceção do conjunto dos serviços urbanos eram os trabalhadores das padarias, atrelados ao sindicato da panificação, que aglutinava trabalhadores dos serviços e da indústria panificadora como um todo. Por isso, esses estabelecimentos passaram por um intenso processo de reestruturação que não atingiu outras atividades, como as escolas, teatros e oficinas, por exemplo. As padarias eram avaliadas em função da sua produtividade e localização: se tinham baixa produtividade, eram deficitárias ou estavam localizadas em áreas com um excesso de outras unidades, elas eram fechadas, seus trabalhadores eram deslocados para outros estabelecimentos e os recursos, distribuídos de acordo com as necessidades do ramo de atividade, o que era definido pelo próprio sindicato. As padarias eram consideradas estratégicas para o abastecimento da população devido à sua tarefa de produção e distribuição do pão, que vai se tornando cada vez mais importante na dieta das pessoas conforme a guerra avança e os alimentos vão ficando cada vez mais escassos.

De forma geral, os serviços urbanos mais rotineiros tiveram seus custos reduzidos para os trabalhadores por meio de iniciativas como a redução dos preços, a incorporação de mais trabalhadores através da diminuição da jornada diária de trabalho e o aumento do tempo de funcionamento de cada estabelecimento. Essas medidas geraram o aumento do consumo, melhorias significativas na qualidade de vida e uma sensível queda na taxa de desemprego. O dinamismo gerado pelos serviços possibilitou uma nova forma de apropriação

do espaço urbano pela classe trabalhadora: maior mobilidade, acessibilidade e novas experiências de vida na cidade, como a descoberta e vivência de novas paisagens urbanas, maior articulação entre os diferentes bairros, ampliação da percepção espaço-temporal dos trabalhadores, que até então era basicamente circunscrita ao seu bairro (deslocamento moradia-trabalho-moradia). A expansão e coletivização dos serviços permitiram tais transformações, ao mesmo tempo em que ocorria o fortalecimento das identidades sociais dos trabalhadores, processo que estava direta e indissociavelmente relacionado à classe e ao espaço de referência identitária.

Durante os anos de entre guerras, os principais conflitos urbanos ocorridos em Barcelona foram motivados pela questão da habitação. O início do movimento revolucionário recoloca o problema em outros termos, uma vez que a conjuntura política no ano de 1936 é favorável aos trabalhadores. Contudo, não podemos esquecer que a propriedade privada não fora totalmente abolida, nem a burguesia barcelonesa, eliminada; ao contrário, ela controlava a *Generalitat*, através da *Esquerra*, partido burguês liderado pelo hábil Lluís Companys<sup>15</sup> que, de forma gradual, porém muito eficaz, conseguiu ir recompondo o poder do aparelho de Estado, com o apoio de comunistas e socialistas, ao mesmo tempo em que minava as conquistas revolucionárias.

Em relação à habitação, eram muitas as situações encontradas: em diversos locais, os aluguéis eram pagos regularmente; em outros, os inquilinos se recusavam a pagá-los; inúmeros prédios e casas abandonados foram ocupados, enquanto vários imóveis foram expropriados pelos trabalhadores.

Entre julho de 1936 e junho de 1937, não havia uma política ou um projeto claro concernente à questão habitacional em Barcelona. Nenhum campo político tinha força ou capacidade de mobilização necessárias para implementar de forma hegemônica um plano consistente para o setor, o que resultou nas diversas situações citadas acima: os libertários não tinham condições de promover uma grande expropriação e coletivização dos imóveis para dar fim à propriedade privada urbana; os socialistas e comunistas não conseguiam impor uma estatização da propriedade imobiliária; e a burguesia, por sua vez, não sendo capaz de manter a mesma relação autoritária com os trabalhadores, era obrigada a fazer concessões. Portanto, a questão da habitação continuou sendo

<sup>15</sup> Presidente da *Generalitat*.

foco de conflitos, porém não da mesma natureza que ocorrera anteriormente, quando os trabalhadores eram tratados como marginais e submetidos à violência policial. A nova conjuntura seria marcada por uma série de propostas e projetos que levavam em conta a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Essa preocupação, embora compartilhada por todos os campos políticos em Barcelona, é permeada por profundas diferenças políticas e econômicas em relação à forma de alcançar tais objetivos. Assim, os conflitos que eram protagonizados por trabalhadores e policiais deixam as ruas para serem travados principalmente nos órgãos do aparelho de Estado, como no Conselho de Economia e no Departamento de Finanças (CENDRA i BERTRAN, 2006).

Nesse período, o planejamento e a gestão urbanos de Barcelona foram marcados pela forte descentralização e autonomia das organizações dos trabalhadores, quando a CNT detinha a hegemonia no campo das lutas urbanas, e a dinâmica do espaço urbano era pautada pelos sindicatos. Isso significava que o planejamento e a gestão eram feitos de forma setorial, de acordo com a entidade de cada ramo. Assim, por exemplo, novas construções, obras de manutenção, produção de materiais e insumos necessários às obras de infraestrutura ficavam sob a responsabilidade do Sindicato da Construção, que reunia todas as atividades relacionadas à construção civil e às indústrias de materiais de construção (cimentos, telhas, ferramentas etc.). Se, por exemplo, o Sindicato dos Transportes decidia fazer uma determinada obra (instalação de sinais, colocação de um ponto de ônibus ou bonde, construção de uma baia na rua), solicitava o serviço ao Sindicato da Construção, mas a gestão do sistema de transportes (horários, itinerários, tarifas etc.) ficava sob sua responsabilidade. Em suma, a cidade funcionava de forma setorial, sem uma coordenação efetiva dos diferentes serviços, não havendo uma política de planejamento e gestão integrada que articulasse os diferentes setores da produção e dos serviços urbanos. O Comitê Regional da CNT não foi capaz de assumir tal responsabilidade no campo das políticas urbanas, da mesma forma como atuara na Coordenação das atividades industriais e o Comitê de Milícias Antifascistas estava voltado basicamente para questões militares e políticas nas escalas regional e nacional e não assumiu responsabilidades nesse sentido. Os comitês de bairro não foram capazes de criar conselhos comunais, como foi feito em cidades menores e em diversas coletivizações agrícolas, o que permitia uma coordenação e articulação efetiva

das atividades. Por isso Barcelona era constituída por diversos territórios libertários que, apesar da falta de coordenação e articulação, conseguiram suprir de forma razoável sua crescente população e, dentro daquele contexto, melhorar determinados aspectos na vida da classe trabalhadora.

O período entre agosto de 1937 e maio de 1938 foi marcado pela redução da hegemonia libertária e pela ascensão gradual do aparelho de Estado na condução do planejamento e da gestão urbanos de Barcelona. Foi um momento de transição, em que a *Generalitat* cada vez mais ampliava sua influência e capacidade de ação, no entanto, ainda necessitando da capacidade de mobilização e ação dos sindicatos. Existia entre ambos uma cooperação tensa e conflituosa que foi inteiramente superada após maio de 1938, quando se decidiu por restabelecer os poderes municipais, que até então haviam sido completamente ignorados. Evidentemente, a iniciativa parte da *Generalitat* e dos comunistas, os quais percebem que a recomposição do aparelho de Estado passava, necessariamente, pela centralização do planejamento e da gestão urbana da principal cidade espanhola. Assim, em maio de 1938 é criado um Comitê Municipal constituído pelas organizações e partidos antifascistas. No entanto, nesse momento, o declínio do movimento libertário é evidente e a hegemonia é exercida pela aliança entre a burguesia republicana e os comunistas. A nova composição da correlação de forças permite que as atividades do Comitê Municipal sejam todas voltadas para a centralização política e econômica das políticas urbanas, o que significa desfazer e aniquilar as experiências de autogestão (ROCA, 1983).

O avanço do conflito tornava as condições de vida em Barcelona cada vez piores. Conforme a guerra avançava, os insumos para as indústrias e para as atividades agrícolas iam ficando cada vez mais raros e, por isso, cada vez mais caros (MUÑOZ, 2006). No final de 1937, a vida cotidiana ficou muito difícil em Barcelona. Inúmeras filas se formavam nos armazéns, padarias e mercados para que as pessoas pudessem adquirir sua cota de produtos básicos: pão, leite, carvão, madeira, vinho, batatas, açúcar, farinha e um pouco de carne. O racionamento e a escassez levaram à emergência de práticas de contrabando e à formação de um mercado negro de produtos como cigarros, chocolates, café, ovos, carne fresca, legumes e verduras. Os preços dos produtos e serviços dispararam, principalmente nos estabelecimentos privados que costumavam abastecer a classe média e, principalmente, a elite barcelonesa, que voltava a andar

tranquilamente pelas ruas da cidade. As transformações políticas, econômicas e militares causaram mudanças na dinâmica urbana de Barcelona. Aos poucos, o processo revolucionário foi enfraquecendo, tornando-se pálido. As bandeiras rubro-negras, os cartazes, as músicas, o entusiasmo, tudo isso foi desaparecendo aos poucos. O medo, a incerteza, o frio e a fome tomaram conta do cotidiano e preencheram corações e mentes daqueles que estavam cada vez mais perto da frente de combate. A burguesia voltou a caminhar e circular pela cidade, a ordem pública foi se restabelecendo conforme os comunistas dominavam o aparato policial e as forças armadas, uma atmosfera de medo e repressão voltou a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores. Assim, o processo revolucionário caminhava melancolicamente para seu fim. Trabalhadores desmotivados e sem forças para reagir à contrarrevolução ou para retomar a vitalidade e o vigor de suas organizações assistiram praticamente inertes à ação dos líderes da CNT no desenvolvimento de uma vazia política colaboracionista que apenas ajudou a destruir suas próprias conquistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBA, Victor. *Los colectivizadores*. Barcelona. Alertes. 2001.
- AMSDEN, John. La colectivización industrial bajo control obrero: Cataluña, 1936-39. In: PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau. 1989. p. 291-328.
- BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BERNECKER, Walter. *Las colectividades y revolución social*. El anarquismo en la guerra civil española. Barcelona: Crítica. 1982.
- BERTHIER, René, LEVAL, Gaston; MINTZ, Frank. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Imaginário. 2002.
- BREITBART, Myrna Margulies. El anarquismo español: ensayo introductorio. In: PEET, Richard (org). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989. p. 195-222.
- BROUÉ, Pierre. *A revolução espanhola 1936-1939*. São Paulo: Perspectiva, 1992 [?].
- CASANOVA, Julián. *Anarquismo y revolución social en la sociedad rural aragonesa 1936-1938*. Barcelona: Crítica. 2006.
- CARR, Raymond. *The republic and the civil war in Spain*. London: Macmillan, 1971.
- CARRIÓN, Pascual. *La reforma agraria de la 2ª República y la situación actual de la agricultura española*. Barcelona: Ariel, 1973.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Socialismo ou barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- CENDRA i BERTRAN. *El Consell d'Economia de Catalunya (1936-1939)*. Revolució i contra-revolució en una economia col·lectivitzada. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2006.
- DURAN, Antoni Castells. *Les col·lectivitzacions a Barcelona 1936-1939*. Barcelona: Hacer Editorial, 1993.
- \_\_\_\_\_. *El proceso estatizador en la experiencia colectivista catalana (1936-1939)*. Madrid: Nossa y Jara Editores, 1996.
- EALHAM, Chris. *La lucha por Barcelona. Clase, cultura y conflictos 1898-1937*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- GONZÁLES, Luis Garrido. *Colectividades agrárias em Andalucía: Jaén (1931-1939)*. Jaén: Universidad de Jaén, 2003.
- \_\_\_\_\_. *La economía colectivizada de la zona republicana durante la Guerra Civil*. Madrid: Congreso Internacional de la Guerra Civil, Salamanca, 2006.
- LEVAL, Gaston. *Colectividades libertarias en España*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1972.
- MAURICE, Jacques. *Problemática de las colectividades agrarias en la Guerra Civil. Agricultura y Sociedad*, Madrid, n. 7, p. 53-85, 1978.
- MENDEZ, Nelson; VALLOTA, Alfredo. *Una perspectiva anarquista de la autogestión*. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, v. 12, n. 1, p. 59-72, 2006.
- MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo en la España revolucionaria*. Madrid: Traficante de sueños, 2006.
- MUÑOZ, Lina Gálvez. Produciendo para la Revolución y produciendo para la Reacción. Trabajo y Guerra Civil, 1936-1939. In: ACEÑA, Pablo Martín; RUIZ, Elena Martínez (org.). *La economía de la Guerra Civil*. Madrid.: Marcial Pons. 2006. p. 461-490.
- MUÑOZ, Rafael Quirosa-Cheyouze. Los consejos municipales: una nueva articulación del poder local en la retaguardia republicana. *Historia Actual online*, Cádiz, n. 4, p. 115-126, 2004. Disponible em: <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/48>. Acceso em: 12/8/09.
- ORWELL, George. *Lutando na Espanha*. São Paulo: Globo. 2006.
- OYÓN, José Luis. *La quiebra de la ciudad popular: espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936*. Barcelona: Ediciones del Sebral, 2008.
- OYÓN, José Luis; GALLARDO, Juan José (orgs). *El cinturón rojinegro: radicalismo cenetista y obrerismo en la periferia de Barcelona 1918-1939*. Barcelona: Ediciones Carena, 2005.
- PAYNE, Stanley. *La revolución y la guerra civil española*. Madrid: Júcar, 1976.
- PEIRATS, José. *La CNT en la revolución española*. Madrid: Ruedo Ibérico, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Los anarquistas en la crisis política española (1869-1939)*. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006.
- PRESTON, Paul. *A Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições 70, 2005
- ROCA, Francesc. *Política, economía y espacio*. La política territorial en Cataluña (1936-1939). Barcelona: Ediciones del Sebral, 1983.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

SANTILLÁN, Diego Abad. *O organismo econômico da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1980 [?]

SOUCHY, Agustín; FOLGARE, Paul. *Colectivizaciones*. La obra constructiva de la revolución española. Barcelona: CNT-AIT, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1964 [1961]

TORRE, Alejandro R. Díez. *Trabajan para la eternidad: colectividades de trabajo y ayuda mutua durante la Guerra Civil en Aragón*. Madrid: La Malatesta Editorial e Presnas Universitarias de Zaragoza, 2009.

VILAR, Pierre. *A guerra da Espanha (1936-1939)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Enviado para publicação em 21/02/2012

Aceito para publicação em 16/05/2012